

MUNDOS URBANOS POSSÍVEIS*

David Harvey

Tradução do italiano: Marcos Capobianco

RESUMO

O autor argumenta que em meio à efervescência dos movimentos de oposição ao iníquo desenvolvimento espaço-temporal do capitalismo é preciso reavaliar conceitos, instituições e práticas nesse âmbito, criando-se uma poética própria para a melhor compreensão da vida urbana no século XXI. Assim, ele discute e refuta uma série de mitos em torno de questões como crescimento populacional nas cidades; processos sociais; tecnologia; desenho urbano; urbanismo mercadofílico; globalização e autonomia local; ação da sociedade civil; relações sociais e revolução; heterogeneidade social e tensões; ambiente construído e ambiente natural.

Palavras-chave: teoria social; sociologia urbana; desenvolvimento urbano.

SUMMARY

The author argues that among the effervescence of the opposition movements against the uneven spatiotemporal development of capitalism we need to reevaluate concepts, institutions and practices, forging a poetics that can better apprehend 21st century urban life. Thus, the author discusses and refutes in this article a set of myths about issues as cities population growth; social processes; technology; urban design; urbanism for the market; globalization and local autonomy; civil society action; social relations and revolution; social heterogeneity and tensions; built and natural environment.

Keywords: social theory; urban sociology; urban development.

(*) Originalmente publicado em *Lotus International* (Milaço), nº 110, setembro de 2001.

Não há região no mundo onde não ocorram manifestações de raiva e descontentamento contra o sistema capitalista. Em alguns lugares os movimentos anticapitalistas surgem com maior força. Encontramos "particularismos militantes" em toda parte, desde as milícias nos bosques de Michigan (quase sempre violentamente antiempresariais e contrárias ao Estado capitalista, além de racistas e segregacionistas) até os movimentos de camponeses indianos e brasileiros contra os projetos de desenvolvimento do Banco Mundial e o amplo leque de movimentos sociais urbanos em luta contra a pobreza, a opressão, a exploração e a degradação ambiental. Há um verdadeiro fermento de oposição nos interstícios do iníquo desenvolvimento espaço-temporal do capitalismo. Essa oposição, porquanto militante, permanece com frequência particularista (às vezes extremadamente) e incapaz de ver além da própria forma específica de desenvolvimento geograficamente desigual. Esses movimentos de oposição não são porém necessaria-

mente anticapitalistas e menos ainda filossocialistas (com a mesma facilidade, podem ser autoritários, religiosos ou neofacistas, como nos casos do Shiv Sena em Bombaim e da Liga Lombarda na Itália). Carecem de coerência e de uma direção unitária mesmo quando suas atividades têm conseqüências potencialmente devastadoras (haja vista a violência que devastou Bombaim em 1992-93). Os movimentos e ações políticas em um certo território podem confundir e às vezes pôr em xeque os de um outro, tornando muito fácil aos processos e interesses capitalistas o "dividir para governar". As lutas de oposição se desenvolvem de modo desigual e aparecem no processo de acumulação capitalista sob formas peculiares e freqüentemente opacas, requerendo uma aproximação às guerras de posição e manobra ainda mais sofisticada e sensível do que aquela que o próprio Gramsci foi capaz de conceber.

Embora as condições de um desenvolvimento geográfico e histórico desigual imponham dificuldades a qualquer luta anticapitalista coerente e internacional, também oferecem oportunidades abundantes — um terreno extraordinariamente variado e instável — para a organização e a ação políticas. O movimento socialista e anticapitalista precisa entender como fazer uso dessas possibilidades revolucionárias. Deve conviver com os processos de extraordinária potência do desenvolvimento espaço-temporal desigual, incluindo aquele da urbanização, que produz organização tão precária e dificultosa; deve reconhecer que o objetivo tradicional dos movimentos socialistas — a conquista do poder de Estado — é insuficiente aos seus propósitos e que a unificação de facções diferentes não deve nunca implicar supressão das diferenças socioecológicas. Assim como viu Marx a necessidade da unificação dos trabalhadores de todos os países para combater o processo de globalização em seu tempo, o movimento socialista deve encontrar formas de ser flexível — nas suas próprias teorias e práticas políticas — no âmbito de um desenvolvimento geográfico volátil e desigual, tal como se tornou aquele da classe capitalista.

O trabalho de síntese deve ser contínuo, pois os campos e os terrenos de batalha mudam constantemente com o mudar das dinâmicas socioecológicas capitalistas. É necessário entender em particular o processo de produção do desenvolvimento espaço-temporal desigual e as intensas contradições que hoje existem nesse âmbito, não só para o capitalismo (que implica por si mesmo uma forte dose de autodestruição, desvalorização e bancarrota) mas também para as populações cada vez mais expostas à violência do enxugamento de pessoal (*downsizing*), do desemprego, do colapso dos serviços, da degradação das condições de trabalho e dos padrões de vida, da destruição dos complexos de recursos e da perda da qualidade ambiental. É fundamental ir além dos particularismos e sublinhar o *padrão* e as características sistêmicas do dano que se está infligindo. "Basta somar dois mais dois" é ainda um dos *slogans* políticos mais agudos e potentes, mas a análise deve ser ampliada para abraçar uma ampla gama de questões diferentes e aparentemente sem relações entre si. Problemas como a Aids, o aquecimento global, a degradação ambiental, a destruição de tradições culturais locais são

intrinsecamente questões de classe, e é necessário demonstrar como a construção de uma comunidade numa luta de classe anticapitalista pode melhor aliviar as condições da opressão mediante um amplo espectro de ações sociais. Devo sublinhar que isso não é um hino ao ecletismo e ao pluralismo, mas um argumento para desvelar o conteúdo de classe de uma vasta gama de temáticas anticapitalistas.

O significado primário de "globalização" na luta anticapitalista nos países capitalistas avançados, por exemplo, é que a posição relativamente privilegiada das classes trabalhadoras tem sido muito rebaixada em face das condições de trabalho no resto do mundo. As condições de vida no capitalismo avançado têm sentido o impacto tremendo da capacidade capitalista de "destruição criadora"*, tornando extremamente voláteis as perspectivas econômicas locais, regionais e nacionais (a cidade ou setor industrial em plena expansão este ano torna-se a região ou setor em recessão no ano seguinte). A justificativa do livre mercado para isso é que a mão invisível do mercado trabalharia em benefício de todos, desde que haja a menor interferência estatal (e dever-se-ia acrescentar, o que geralmente não se faz: o maior poder monopolístico) possível. O efeito é fazer da violência e destruição criadora de um desenvolvimento geográfico desigual (mediante, por exemplo, a reorganização geográfica da produção), nos tradicionais centros do capitalismo como em qualquer outra parte, em meio a uma extraordinária tecnologia da opulência e do consumo difundida instantânea e mundialmente, o único âmbito de aspirações possível. O terreno político para a organização anticapitalista no capitalismo avançado parece mais fértil do que nunca.

Todavia, esse trabalho de síntese deve reinserir-se nas condições orgânicas da vida cotidiana. Isso não implica abandonar as abstrações que Marx e os marxistas nos legaram, mas, ao contrário, revalidá-las e reavaliá-las mediante sua imersão nas lutas populares, algumas das quais não parecem proletárias no sentido tradicional do termo. Desse ponto de vista, a teoria social em geral e o marxismo em particular têm suas próprias tendências escleróticas a combater, seu próprio capital fixo de conceitos, instituições, práticas e políticas que por um lado podem servir como ótimos recursos, mas por outro podem ser barreiras dogmáticas à ação. Devemos discernir o que é útil e o que não é nesse capital fixo de nossas concepções e políticas. Seria surpreendente se não tivéssemos de tempos em tempos acaloradas discussões sobre o que descartar e o que reter. No entanto, o debate deve ocorrer. E a linguagem por meio da qual se discute a problemática urbana deve mudar, nem que seja para lançar luz sobre uma série de possibilidades conceituais, que de outra forma permaneceriam ocultas. A compreensão do que poderá ser a vida urbana no século XXI coloca então uma série de problemas-chave a ser trabalhados simultaneamente a uma série de mitos paralelos que merecem ser refutados.

O primeiro mito é que o repertório de recursos para enfrentar os problemas urbanos depende da solução prévia dos problemas relativos ao desenvolvimento econômico e ao crescimento da população. Contraposta a este mito está a idéia de que as cidades sempre foram fundamentalmente

(*) N.T.: Conceito destacado na obra de Joseph Schumpeter, que, inspirado na teoria dos ciclos longos de crescimento econômico de Nicolai Kondratiev, entendia que na esteira de uma fase de estagnação econômica instaura-se sempre nova fase de inovação tecnológica e crescimento econômico.

centradas na criação e consumo de riqueza e que manter as coisas em ordem nas cidades é o único caminho verdadeiro para melhorar as condições econômicas da massa da população. A essa idéia deveríamos acrescentar fundamentais redefinições de riqueza, bem-estar e valores (inclusive aqueles que influem no crescimento da população) de modo que sejam canalizados para o desenvolvimento das potencialidades humanas em vez da mera acumulação de capital por parte de poucos afortunados. Se devêssemos ter saudades de algo da segunda metade do século XIX, seria da vontade de forjar a forma urbana como ato político público.

O segundo mito é aquele segundo o qual os problemas postos pela urbanização são essencialmente uma consequência de processos sociais de raízes mais profundas que podem e devem ser enfrentados independentemente da sua situação geográfica ou da sua ordenação espaço-temporal. A essa idéia contrapõe-se com força uma visão que toma a produção de diversas ordens e estruturas espaço-temporais como momentos ativos no interior dos processos sociais, cuja consideração revelaria o quão devemos redefinir isso que convencionalmente entendemos por urbanização e formas urbanas, destacando-as como momentos de transformação e, em consequência, como possíveis pontos de intervenção nas lutas anticapitalistas.

O terceiro mito é o de que a escolha dos modos para acomodar população sempre crescente no contexto urbano é mera questão de encontrar as tecnologias certas. Em contrário há o reconhecimento de que as novas tecnologias produzidas pelo complexo militar-industrial do capitalismo abriram novas, e altamente capitalistas, possibilidades de urbanização, mas estas devem ser distinguidas das forças predominantes (como acumulação de capital ou apropriação populista) que realizam seus próprios objetivos por meio daquelas tecnologias.

O quarto mito é aquele segundo o qual formas freqüentemente caóticas e problemáticas dos processos sociais podem ser corrigidas e controladas graças a uma oportuna projeção espacial. Contraposto a esse mito há o entendimento de que todas as espacializações utopistas, desde Thomas Morus, passando por Le Corbusier, até a degeneração utopística encarnada pela Disneylândia, não podem deter a história e os seus processos. As políticas de emancipação invocam um utopismo vivo dos processos, em contraposição ao utopismo morto da forma urbana espacializada.

O quinto mito considera que os problemas sociais nas áreas urbanizadas são sanáveis somente na medida em que se dá carta branca às forças do mercado. Em contraposição a esse mito está a idéia de que a criação (e a redefinição) da riqueza depende de colaborações sociais, de cooperações (também entre empresas) mais do que de um tipo darwiniano de luta competitiva pela sobrevivência. A busca de justiça social é então um meio importante para obter melhor desempenho econômico, e pelo menos nesse caso os pensamentos e valores comunitários e as políticas públicas nacionais têm um papel potencialmente criativo a jogar.

O sexto mito é aquele segundo o qual as forças da globalização são fortes o bastante para impedir qualquer autonomia relativa de iniciativas

locais ou particulares de deslocar o processo de urbanização para trajetórias diferentes: somente uma revolução global poderia mudar algo. Em oposição a esse mito está a idéia de que a globalização é na realidade um processo geográfico e histórico (espaço-temporal) desigual que constantemente cria terrenos variados para as lutas anticapitalistas, as quais devem se sintetizar de tal forma a respeitar as características do desenvolvimento espaço-temporal desigual dos diversos "particularismos militantes" (como aqueles que se encontram nos movimentos sociais urbanos), ao mesmo tempo desenvolvendo fortes vínculos e políticas internacionalistas.

O sétimo mito diz que a solidariedade comunitária pode prover a estabilidade e a força necessárias para controlar, gerir e amenizar os problemas urbanos, e que a "comunidade" pode substituir as políticas públicas. Em contraposição a isso encontramos a idéia de que a "comunidade", até onde ela exista, é uma configuração instável concernente aos processos conflituosos que a geram, sustentam e por fim a minam, e que quando adquire consistência torna-se com frequência uma forma social exclusiva e opressiva (particularmente perigosa quando romantizada) que pode constituir tanto a causa do conflito e da degeneração urbanos como uma panacéia para as dificuldades político-econômicas.

O oitavo mito é o de que toda transformação radical das relações sociais nas áreas urbanizadas deve esperar alguma sorte de revolução socialista ou comunista que venha ordenar as nossas cidades para permitir que novas relações sociais floresçam. Em oposição a esse mito há a idéia de que a transformação das relações socioecológicas num ambiente urbano deve ser um processo contínuo de mudança socioambiental, uma longa revolução que tenha raízes nas condições contemporâneas e persiga a construção de uma sociedade alternativa como objetivo de longo prazo mediante ações de curto prazo.

O nono mito sustenta que sobre nossas cidades prestes a desintegrar-se deverá se impor a força da ordem, da autoridade e do controle centralizado — seja ele moral, político, comunitário, religioso, físico ou militar — sem que se interfira porém na fundamental liberdade de mercado. Em oposição a isso está a idéia de que a atual combinação de neoliberalismo e poder monopolístico (inclusive o do Estado) é uma contradição em termos. A urbanização sempre trouxe consigo formas criativas de oposição, tensão e conflito (inclusive aquelas verificadas por meio das trocas de mercado). As tensões resultantes da heterogeneidade não podem e não devem ser reprimidas, mas sim liberadas em formas socialmente estimulantes, mesmo que isso possa gerar conflitos, inclusive contestações sobre a necessária socialização dos processos de mercado para fins coletivos.

O décimo mito é o de que a diversidade e a diferença, a heterogeneidade dos valores, a oposição dos estilos de vida e as migrações caóticas devem ser temidas como fonte de desordem e os "outros" mantidos fora para se defender a "pureza" do lugar. Oposta a esse mito está a idéia de que as cidades que não sabem se adaptar às diversidades, aos movimentos migratórios, aos novos estilos de vida e a heterogeneidades econômicas, políticas,

religiosas e de valores morrerão ou de esclerose e estagnação ou porque serão abaladas por conflitos violentos. A definição de políticas que saibam lançar pontes entre as múltiplas heterogeneidades sem reprimir as diferenças é um dos maiores desafios para a urbanização do século XXI.

O décimo primeiro mito sustenta que as cidades são antiecológicas. Em oposição a isso está a tese de que as formas de projeção urbana inspiradas numa vida de alta densidade habitacional são a única via para uma forma de civilização mais ecologicamente sensível no século XXI. Devemos reconhecer que a distinção entre o *ambiente* tal como o entendemos comumente e o *ambiente construído* é artificial e que a vida urbana e todos os seus componentes são ao mesmo tempo uma parte da solução e um fator que contribui para as dificuldades ecológicas. O reconhecimento tangível de que a massa da humanidade estará assentada nos ambientes designados como urbanos nos diz que as políticas ambientais devem prestar a mesma, senão maior, atenção à qualidade desses ambientes construídos e sociais do que àquela que hoje tipicamente se reserva a um imaginado e ficticiamente separado ambiente "natural".

Serão necessárias imaginação e audácia política, um ímpeto de fervor e transformação revolucionários (tanto no pensamento como na política) para construir, a partir da matéria-prima do presente, uma indispensável "poética" da compreensão do nosso mundo em urbanização, um vetor para a civilização, uma trajetória para o futuro da nossa espécie. Pelo menos desse ponto de vista há muito a aprender com nossos predecessores do século XIX, até porque sua coragem política e intelectual não pode ser posta em dúvida. Mobilizaram seu imaginário e criaram suas próprias poéticas para enfrentar uma tarefa de um tal modo que tivesse consequências materiais — boas ou más — num contexto que hoje está superado ou ameaça desaparecer.

Para que tenha um mínimo de sentido a retórica em torno da idéia de deixar um ambiente habitável para as futuras gerações, temos o dever de investir na pesquisa coletiva e mesmo pública para entender como se pode alcançar — nas condições atuais — um processo de urbanização justo e ecologicamente sensível. Essa discussão não pode se fiar em sonhos mortos ressuscitados do passado. Deve construir sua própria linguagem, uma poética própria para discutir os futuros possíveis num mundo em rápida urbanização caracterizado por um desenvolvimento geográfico desigual. Só assim poderemos semear as possibilidades de um modo de urbanização civilizatório.

Recebido para publicação em
28 de junho de 2002.

David Harvey é professor da
City University of New York.

Novos Estudos
CEBRAP

Nº 63, julho 2002
pp. 3-8
